

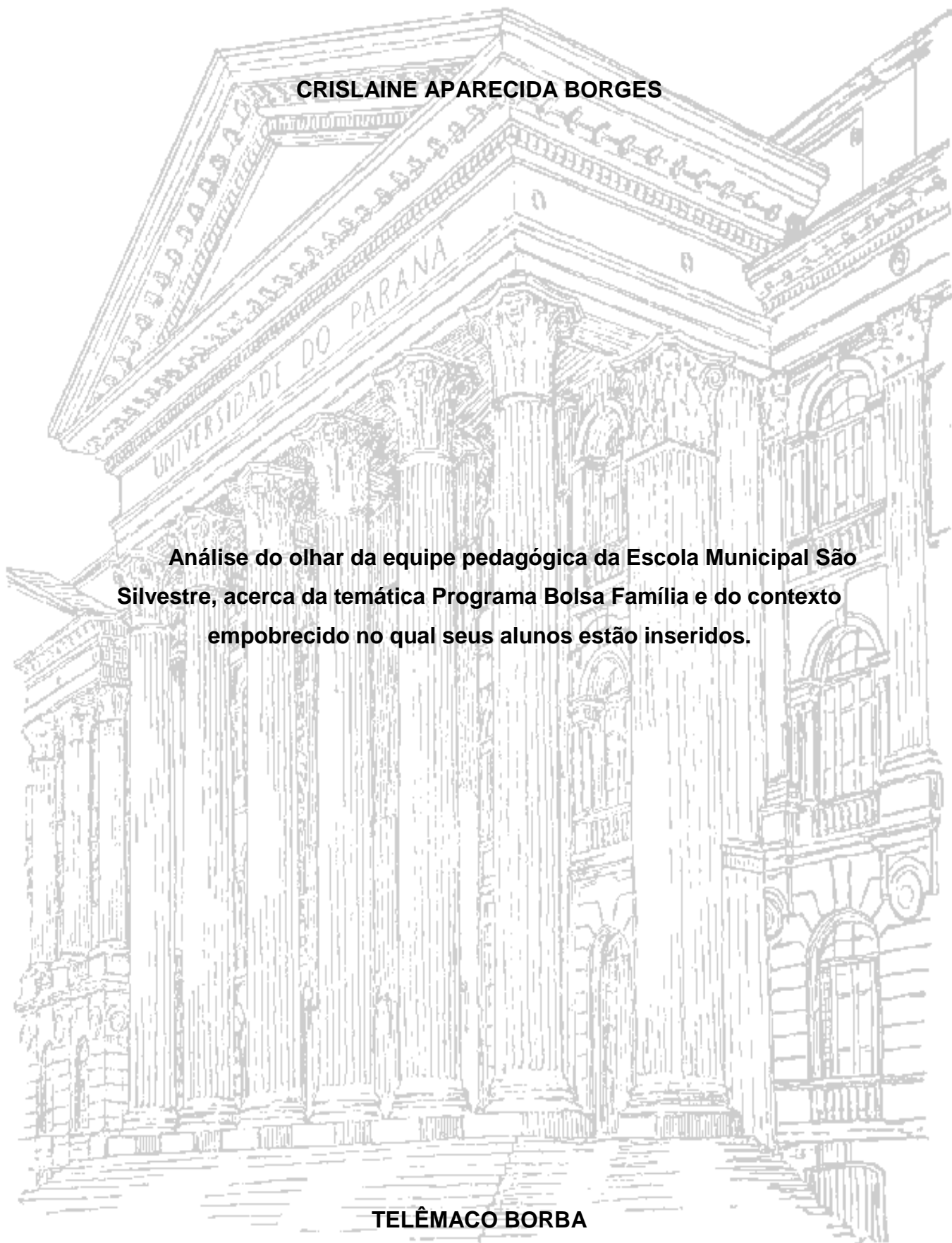
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISLAINE APARECIDA BORGES

Análise do olhar da equipe pedagógica da Escola Municipal São Silvestre, acerca da temática Programa Bolsa Família e do contexto empobrecido no qual seus alunos estão inseridos.

TELÊMACO BORBA

2016



CRISLAINE APARECIDA BORGES

Análise do olhar da equipe pedagógica da Escola Municipal São Silvestre, acerca da temática Programa Bolsa Família e do contexto empobrecido no qual seus alunos estão inseridos.

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof(a). Ma. Monica de França

TELÊMACO BORBA

2016

O olhar da equipe pedagógica da Escola Municipal São Silvestre, acerca da temática Programa Bolsa Família.

CRISLAINE APARECIDA BORGES

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo geral analisar o olhar da equipe pedagógica da Escola Municipal São Silvestre, acerca da temática Programa Bolsa Família, bem como a concepção de pobreza e do contexto empobrecido no qual seus alunos estão inseridos. A escola em questão contempla um percentual de quase 50% dos seus alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, e está localizada em território de grande vulnerabilidade e risco social. Nesse artigo utilizamos Arroyo (2013) para melhor compreensão da temática pobreza, sendo realizado ainda um breve histórico do desenvolvimento de políticas sociais no Brasil, bem como a trajetória do Programa Bolsa Família. Portanto, para obtermos a coleta de dados, fizemos uso da pesquisa qualitativa junto a 6 pessoas, através de questionário contendo questões abertas e fechadas, que foram analisadas a partir da reflexão acerca da representação social. Para a definição do termo Representação Social nos valemos das contribuições da concepção da psicologia social de Moscovici (1978,2003), e ainda o conceito de Lefèbvre (1980). Os dados foram categorizados em três categorias a) Concepção acerca de pobreza; b) Existência e compreensão da vulnerabilidade social no Bairro São Silvestre; c) Compreensão sobre o Programa Bolsa Família. Os principais resultados alcançados na pesquisa, à medida que analisamos a representação social das professoras pesquisadas sobre a pobreza, a vulnerabilidade social em relação ao contexto no qual seus alunos estão inseridos, bem como, concernente ao Programa Bolsa Família: A equipe pedagógica identifica a pobreza como limitação ou insuficiência de renda para os mínimos necessários a subsistência, sendo que a maioria das professoras observam haver alguns de seus alunos em situação de pobreza, afirmam que a vulnerabilidade do local se caracteriza pela falta de acesso a bens de serviços de qualidade. Ainda que haja compreensão das professoras acerca do que se trata “vulnerabilidade social”, observa-se o posicionamento de culpabilização das famílias por sua atual situação de pobreza. Apresentam a concepção de que o Programa Bolsa Família favorece o sossego dos beneficiários, qual não buscam por outras fontes de renda. A pesquisa apresentou informações importantes e subsídios para futuras intervenções.

Palavras-chave: Pobreza, Bolsa Família, Representação Social.

1 INTRODUÇÃO

Observa-se que a Escola Municipal São Silvestre, a qual está localizada em território de grande vulnerabilidade e risco social, no município de Telêmaco Borba, traz na composição de sua equipe pedagógica moradores de outras localidades, sendo que estes se deslocam até o Bairro apenas para exercerem seu trabalho e que tal fato contribui para que estes professores não possuam clareza quanto a realidade em que seus alunos estão inseridos, assim como sua trajetória.

A escola pesquisada, contempla 82 alunos do Ensino Fundamental beneficiários do Programa Bolsa Família, ou seja, um percentual de quase 50% dos educandos. A maioria dos estudantes residem no próprio bairro, porém alguns moram em chácaras distantes da escola, sendo que estes são transportados pelo transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação. Estes alunos enfrentam um trajeto precário, pois as ruas não possuem pavimentação ou calçamento.

Se sabe que a pobreza se destaca em diversas formas, e que pode ser encontrada principalmente no âmbito escolar. Sabemos ainda que, o currículo não considera a questão da pobreza como relevante, e é nesta percepção que pretendemos analisar a ótica da equipe pedagógica desta Instituição Municipal de Ensino em especial.

Portanto, traz como objetivo geral: Analisar o olhar da equipe pedagógica da Escola Municipal São Silvestre, acerca da temática Programa Bolsa Família, bem como a concepção de pobreza e do contexto empobrecido no qual seus alunos estão inseridos.

As perguntas norteadoras dessa pesquisa foram: a) Como a equipe pedagógica compreende a pobreza, uma vez que atuam em local de grande vulnerabilidade social, onde parte de seu público é beneficiário do Programa Bolsa Família? b) Os professores compreendem o Programa Bolsa Família como distribuição de renda voltado ao combate à pobreza e a desigualdade social?

Pretende-se ainda, à partir dos objetivos específicos: a) Identificar a concepção de pobreza por parte da equipe de professores da Escola Municipal São Silvestre com relação ao Programa Bolsa Família; b) Compreender a visão da equipe pedagógica da referida Escola, quanto a situação de pobreza, levando em conta que aproximadamente 50% dos seus alunos encontram-se como beneficiários

do Programa Bolsa Família; c) Refletir sobre a vulnerabilidade social no âmbito escolar e comunitário sob a percepção da equipe pedagógica pesquisada.

Este artigo está organizado da seguinte forma: introdução, revisão de literatura, metodologia, análise dos dados e considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para tratar sobre a temática da pobreza, é importante compreendermos sua existência, para Arroyo (2013, pg. 1), “a pobreza existe, não adianta tapar o sol com a peneira, e além de existir, persiste, ao que o mesmo destaca a pobreza como um dos fenômenos históricos sociais mais brutais que até hoje, no séc. XXI, com toda ascensão da humanidade, segue persistindo”.

A pobreza existente na trajetória de vida de muitos cidadãos não se dá de uma única forma, Rocha (2003), destaca as noções de “pobreza absoluta” versus relativa”:

Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedade onde o mínimo vital já é garantido a todos. (ROCHA, 2003, p.11)

Pinzane e Rego (2013) destacam ser um erro identificar a pobreza como um baixo nível de renda ou de riqueza, pois não é um único aspecto que deveria ser levado em consideração, mesmo a baixa renda sendo essencial na definição da pobreza, apontam que, a definição da pobreza com base na renda representa em certo sentido um ato arbitrário, diante das existentes facetas da pobreza, quais são difíceis de compreender se avaliadas apenas as questões de renda.

De acordo com Arroyo “é necessário perceber que a pobreza nos cerca, ela é vivenciada por grande parte da população brasileira, e também pode-se observar sua presença no âmbito escolar” (2013, pg. 1). A posição mais comum é considerar a pobreza como carência, e desta forma os pobres como carentes. Observa que estas carências, assim como de conhecimentos, de valores, de hábitos de estudo, de disciplina, de moralidade, acabam reforçando a visão moralista, já existente e persistente em nossa cultura política e pedagógica, de que a pobreza moral dos

pobres produz a sua pobreza material. Destaca ainda que, se os pobres são vistos como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsáveis por sua própria condição, são inferiorizados em decorrência da falta de cultura política, pedagógica e docente. (ARROYO, 2013, pg. 1)

Desta forma, a insensibilidade da visão sobre o pobre leva a pedagogia a ignorar os efeitos desumanizadores da vida, na pobreza material, ou na falta de garantia das necessidades básicas enquanto seres humanos. Traz ainda que, a visão da pobreza enquanto questão moral, a escolarização serviria como antídoto contra a pobreza ao moralizar as infâncias e adolescências pobres, ficando assim mascarada a pobreza em toda a sua complexidade como questão social, política e econômica. (ARROYO, 2013, pg. 1)

Outra interpretação da pobreza, se dá na ideia de que os pobres estão nesta condição por não trabalharem e que não encontram trabalho por não apresentarem qualificação profissional adequada ao mercado de trabalho. Ressalta que a visão de que “os pobres são pobres porque não querem trabalhar parte de uma visão ingênua acerca dos processos sociais, econômicos e das relações políticas que regem o desenvolvimento econômico e a apropriação da riqueza, da renda do trabalho, sua concentração e sua apropriação nas relações de classe”. (ARROYO, 2013, pg. 1)

O mesmo autor versa ainda que, conforme superarmos as visões moralizantes e individuais da produção da pobreza, assim como a pobreza como questão social, passaremos a reconhecê-la como questão política e problema do Estado, e exigir políticas voltadas a transformação da realidade, pois “os pobres são os sem-terra, sem teto, sem trabalho, sem renda, sem escola, sem saúde, cujas vidas se encontram no limite da sobrevivência”. (ARROYO, 2013, pg. 1)

A pobreza está atrelada as desigualdades sociais e podemos percebê-la em nosso cotidiano em diversas formas. Conforme explanado por Arroyo, “a pobreza não é apenas e principalmente pobreza de espírito, nem de valores, nem de cultura a pobreza é colocar milhões de seres humanos nos limites do viver mais precário, do sobreviver mais precário, a fome”. (ARROYO, 2013, pg. 1)

Ante a tais reflexões acerca de pobreza, há de se considerar os esforços empregados no desenvolvimento de ações de combate à pobreza, ao que apresentaremos a seguir um breve histórico do desenvolvimento de políticas sociais no Brasil.

O desenvolvimento da política social no Brasil se destaca com marcas historicamente particulares, pois o Brasil passa por um processo de colonização, de modo que a acumulação originária do capital, colonialista e o imperialista são momentos de sentido geral da formação brasileira. Porém o peso maior é a escravidão na sociedade e as diferenças culturais, de conceitos e valores, o qual o mais grave é a condição de trabalho nas relações sociais, surgindo uma diferença no desenvolvimento, formando uma sociedade desigual e injusta. (BEHRING, BOSCHETTI 2006)

Conforme Behring e Boschetti (2006) tendo como ponto de partida a situação em que os cidadãos após serem libertos da escravidão, tinham dificuldades de adaptação no mundo do trabalho. Prosseguindo historicamente com situações de conflitos entre classes, interesses distintos e empasses entre trabalhadores e os detentores dos meios de produção, houve destacada a “questão social” a partir da primeira década do século XX, onde surgiram as primeiras lutas de trabalhadores voltados para o mundo do trabalho.

O primeiro passo em direção as políticas sociais se deu em 1923, por Eloy Chaves com a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAPs, direcionados aos trabalhadores que estavam inseridos no processo de produção de mercadorias para exportações, assim como os ferroviários. (BEHRING e BOSCHETTI, 2006)

O período entre 1930 e 1940 fica marcado pelo surgimento das políticas sociais, onde em resposta as reivindicações e movimentos de trabalhadores sob o governo Vargas, cria-se o Ministério do Trabalho, bem como a regulamentação da jornada de trabalho, salário mínimo, férias e aposentadoria, com registro em carteira de trabalho. A previdência também passa a se fortalecer, pois as CAPs são substituídas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões IAPs, que eram utilizados como forma de seguro, dependendo da forma que o trabalhador contribuía. Cria-se também o Ministério da Educação e Saúde Pública, porém a saúde se dividia em dois eixos: saúde privada, para os contribuintes e saúde pública para os não contribuintes, que ficavam a mercê de entidades filantrópicas e ligadas às igrejas. (BEHRING e BOSCHETTI, 2006)

No entanto a assistência dá um grande salto em 1942 com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que surge no intuito de estender os serviços assistenciais. Mais tarde a Instituição se amplia, passando a favorecer a

maternidade e a infância, e no decorrer do tempo vai se concretizando como mediadora da assistência social, ou seja, o Estado através de parcerias com organizações da sociedade civil assume práticas paternalistas, utilizando-se do voluntariado e da filantropia, mantendo a centralidade assistencialista que perdurou por muito tempo. (BULLA, 2003).

Conforme Soares e Sátyro (2010), foi a partir da Constituição Federal de 1988 que se consolidaram novos aspectos para construção da proteção social, elevando as políticas de educação, saúde e previdência.

A Constituição traz uma nova visão para a assistência social, integrada a seguridade e sem caráter contributivo. Conforme disposto pelo artigo 203 (CF/88, p. 89)

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III – a promoção de integração ao mercado de trabalho;
IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, Constituição Federal de 1988)

A assistência que antes se desenvolvia com função assistencialista, passa a ser reconhecida como política pública a partir da Constituição Federal, porém é com a Lei 8742, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, que esta política é legitimada, rompendo com a concepção de assistencialismo. “As ações assistenciais foram retiradas do campo da meritocracia, da ajuda e do clientelismo, para serem incluídas entre os direitos de cidadania” (BATTINI e COSTA, 2007, p. 33).

A LOAS/1993 traz a necessidade de prover os mínimos sociais para as necessidades básicas, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 estabelece a segurança de acolhida, de convivência, de desenvolvimento da autonomia, de sobrevivência a riscos circunstanciais e de renda. Neste sentido o Programa Bolsa Família (PBF) é criado, visando às famílias que não possuem renda suficiente para sua sobrevivência (SOARES e SÁTYRO 2010).

Cotta e Paiva (2010), O Programa Bolsa Família foi criado a partir de outros programas de transferência de renda instituídos no governo de Fernando Henrique Cardoso, ressaltando que em 2002 havia sete programas de Transferência de

Renda: Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Bolsa Renda, Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Local e Humano, Bolsa Qualificação e Auxílio Gás.

Soares e Sátyro (2010) em outubro de 2003 houve a criação do Programa Bolsa Família, trazendo mudanças ao trabalho realizado de proteção social então vigente, que necessitava de alterações, visto que cada programa federal possuía uma agência executora e a coordenação entre elas era mínima, outra questão a ser observada era o fato de que nenhum dos programas cobria todo o território nacional. Assim, o Programa Bolsa Família trouxe a unificação dos programas então existentes de forma a melhor organizá-las, bem como, utilizou-se do cadastro único que vinha sendo aperfeiçoado, cujo objetivo era integrar as informações sobre os beneficiários dos programas federais. Tal transferência de renda pautou-se em PTRC Programa de Transferência de Renda Condicionada, trazendo diferença entre as ideias iniciais, deste modo, exigindo contrapartida dos beneficiários.

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania¹ (SENARC) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o órgão responsável pelo programa.

Desta forma, o Programa Bolsa família criado em 2003 e instituído pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contribuiu para o combate à pobreza e a desigualdade. Segundo o MDS o programa possui três eixos principais: Complemento da renda, sendo que as família recebem mensalmente um benefício em dinheiro, transferido pelo governo federal; Acesso a direitos, onde as famílias a partir das condicionalidades², reforçam por sua

¹ Cabe à SENARC estabelecer normas para a execução do programa, definir valores de benefício, estabelecer o diálogo com os municípios, definir e acompanhar contrapartidas, estabelecer metas e, conseqüentemente, propor o orçamento anual do PBF, definir quotas por município, estabelecer parcerias com os Estados e com outros órgãos do governo federal, acompanhar o andamento do programa em geral e fazer avaliações regulares do PBF. A SENARC também estabelece os critérios de quem recebe e quanto recebe e define o questionário do Cadastro Único, e os critérios para suspensão e corte dos benefícios, entre várias outras definições de parâmetros operacionais – (Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios Volume I)

² Para o acesso e permanência como beneficiário do Programa Bolsa Família, é necessário o cumprimento de algumas condicionalidades, como forma de contrapartida por parte da família beneficiada, sendo elas: Na área da Educação- Os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 06 a 17 anos na escola; A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês; Na área da saúde – Os responsáveis devem levar as crianças menores de 07 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; As gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - Disponível no site: <http://mds.gov.br/>. Acessado em: 01/10/2016.

vez o acesso à educação, saúde e assistência social; Articulação com outras ações, visto que o programa bolsa família apresenta capacidade de integrar, articular políticas sociais no intuito da superação da situação de vulnerabilidade social e pobreza.

3 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa optou-se pela pesquisa qualitativa, pois é nesta perspectiva que se deseja analisar a olhar da equipe pedagógica da Escola Municipal São Silvestre, acerca do Programa Bolsa Família, bem como contexto empobrecido no qual seus alunos estão inseridos.

Conforme Gil,

pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. (Gil ,1999, p. 42)

Ainda nesta ótica e para melhor compreensão da realidade pesquisada é que elegemos a pesquisa qualitativa para desenvolver nosso trabalho, pois nos fornece base para a clarificação das informações desejadas, “no que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos”. (MARTINELLI ,1999, p.25)

Para a realização da coleta de dados utilizamos de questionário, contendo perguntas fechadas e abertas, sendo 03 perguntas abertas e 03 perguntas fechadas, totalizando 6 questões, possibilitando ao sujeito pesquisado expressar suas opiniões sobre o contexto abordado, viabilizando um melhor andamento e aprofundamento da pesquisa no tocante a concepção de pobreza, vulnerabilidade social e acerca do Programa Bolsa Família.

Segundo Gil,

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 1999, p. 168).

Portanto para a realização do processo de análise e interpretação dos dados coletados, o mesmo se deu a partir da reflexão acerca da representação social.

Para a definição do termo representação social partimos das contribuições da concepção da psicologia social de Moscovici e ainda o conceito de Lefèbvre.

A representação social se dá por meio de experiências vivenciadas no cotidiano, bem como no processo de interação social. Moscovici (*apud* BOURGUIGNON 2001, p. 80), teoriza definindo a representação social como sendo “...composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagens, porque ela realça e simboliza atos e situações que são (...) nos tornam comuns”, ainda afirma que “a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”.

Moscovici citado por SILVA (2015), o mesmo ainda define:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (SILVA, 2015)

Valerio (2009), traz o conceito e contribuição de Lefèbvre (1980) acerca da Representação Social, que é concebida pelo mesmo como sendo um movimento dialético que nunca cessa, ocupando os interstícios entre o vivido e o concebido. Para Lefèbvre (1980) as representações “são fatos de palavras e prática social”, que caracteriza-se pela concomitância entre a natureza psíquica, social e política.

É nesta perspectiva que elencamos o tema desta pesquisa, possibilitando a reflexão acerca de suas significações.

A partir deste ponto serão apresentados as categorias e os dados categorizados da pesquisa, a qual foi realizada junto a seis professoras da Escola Municipal São Silvestre através de questionário. Sendo as categorias:

I – Concepção acerca de pobreza.

II – Existência e compreensão da vulnerabilidade social no Bairro São Silvestre.

III – Compreensão sobre o Programa Bolsa Família.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

CATEGORIA I – CONCEPÇÃO ACERCA DE POBREZA.

A partir da questão sobre a concepção de pobreza por parte das professoras que responderam o questionário, obtivemos resposta unânime quanto à ideia de que pobreza se trata de Limitação ou Insuficiência de renda para os mínimos necessários em detrimento a uma possível afirmação de que pobreza é situação daquele que não possui dinheiro para consumos de bens e serviços conforme seu desejo, ou mesmo pelo fato de a pessoa optar por não trabalhar.

Ante a tal compreensão das professoras referente à pobreza, em maior parte, as mesmas observam haver alguns de seus alunos em situação de pobreza. Ainda assim, uma das professoras não considera possuir alunos pobres.

CATEGORIA II – EXISTÊNCIA E COMPREENSÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO BAIRRO SÃO SILVESTRE

Quanto a vulnerabilidade, as professoras em questão identificam muitos fatores existentes no Bairro São Silvestre que caracterizam tal situação, como falta de saneamento básico, desemprego, desnutrição, falta de moradias adequadas, falta de cultura e educação de qualidade, dentre outros.

Podemos compreender neste sentido, que a falta de meios para o suprir dos mínimos necessários para a subsistência, por parte das famílias moradoras no Bairro São Silvestre, tem sido observada pelas professoras participantes da pesquisa não somente como a falta de dinheiro, como também de falta de acesso a serviços de qualidade, ao que moradores da região, conforme a visão das professoras, tem recebido serviços de saneamento e moradia considerados como precários.

Importante mencionar que a situação de falta de acesso a bens e serviços de qualidade, que segundo algumas das professoras, nem mesmo pode ser considerado como o mínimo necessário, se encontra atrelada a situações de exclusão social, fundamentando a existência de divisões, entre os que possuem o que necessitam (não pobres) e os que não possuem (pobres).

Outro fator importante destacado pelas professoras, o qual segundo elas também tem sido reflexo da vulnerabilidade e exclusão social vivenciada na região, é a crescente violência.

Acrescentam ainda que a falta de emprego e alimento também afeta o comportamento dos jovens.

Uma das professoras destaca que não somente o bairro tem sido alvo de tais fatores que contribuem para a vulnerabilidade social, sendo que a situação não se concentra apenas no Bairro São Silvestre, mas toda a Cidade de Telêmaco Borba vivencia situação de vulnerabilidade social.

CATEGORIA III – COMPREENSÃO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Quanto à opinião das professoras participantes da pesquisa sobre o Programa Bolsa Família, as afirmações foram diversas.

Dentre as professoras, algumas compreendem que o Programa Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e a desigualdade social no Brasil. Porém, a maior parte das professoras identificam o programa como forma de reprodução do desemprego, a qual é fortalecida pelo governo.

Referente à existência do Programa Bolsa Família, há o destaque de uma das participantes de que deveria existir uma reforma na proposta, ao que o programa propicia o “sossego de algumas pessoas” (professor A). Outra opinião defende que o Programa “é uma ideia que deveria possibilitar a ascensão social do sujeito para que o mesmo busque sair de sua condição social baixa, porém, não se efetivou de forma correta, além disso, propiciou a corrupção. O problema não é o programa, mas sim os responsáveis por sua efetivação e o comodismo de seus beneficiários” (professor C).

Houve também a afirmação de que deveria existir uma maior consciência da população, pois “ao que parece quanto mais pobre, mais filhos, fazendo como que filho fosse uma maneira de conseguir dinheiro” (professor B). Também uma das professoras posiciona-se a favor do programa, mencionando haver pessoas que não possuem condições de sustento, entretanto, observa a distribuição direta de renda como “ajuda do governo” (professor F).

Importante destacar que duas professoras (professor D, professor E) posicionam-se contrárias a existência do Programa Bolsa Família, uma delas

afirmando enfaticamente que as famílias beneficiárias acomodam-se não procurando melhorias, quanto outra acredita que a não existência do Programa, possibilitaria a abertura de novas frentes de trabalho à população, assim como oportunidades de estudo.

Ainda se observa que há incompreensão acerca das condicionalidades do programa, ao que se manifestou a opinião de que a existência do Programa influência na inércia da população quanto à busca de estudos e trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como foco de análise o olhar da equipe pedagógica da Escola Municipal São Silvestre, acerca da temática Programa Bolsa Família e do contexto empobrecido no qual seus alunos estão inseridos.

Destacamos que este artigo, partiu da premissa de que ao se aproximar da realidade do objeto de pesquisa, podemos construir conhecimentos que poderão ser utilizados de forma a suscitar importantes reflexões. Nesta vertente, grandes foram às contribuições encontradas durante a realização da pesquisa no tocante ao objetivo de ampliar conhecimentos acerca dos assuntos propostos.

Neste momento passamos a responder as questões que nortearam nossa pesquisa, quais sejam:

Como a equipe pedagógica compreende a pobreza, uma vez que atuam em local de grande vulnerabilidade social, onde parte de seu público é beneficiário do Programa Bolsa Família?

A partir da questão sobre a concepção de pobreza por parte das professoras que responderam o questionário, as mesmas compreendem a pobreza como limitação ou insuficiência de renda para os mínimos necessários a subsistência. Em maior parte, as mesmas observam haver alguns de seus estudantes em situação de pobreza e afirmam que a vulnerabilidade do local se caracteriza pela falta acesso a bens e serviços de qualidade, bem como citam que a vulnerabilidade social afeta em outras situações na sociedade local, as quais necessitam de melhorias.

Os professores compreendem o Programa Bolsa Família como distribuição de renda voltado ao combate à pobreza e a desigualdade social?

Ainda que haja compreensão acerca do que se trata “vulnerabilidade social” por parte das professoras, bem como, há conhecimento de que a população local

não tem obtido acesso a bens e serviços mínimos a sua subsistência, observa-se o posicionamento de culpabilização das famílias por sua atual situação de pobreza, ao que diversas participantes expõem que as famílias se encontram em situação de comodismo ao recebimento do benefício. Ainda apresentam a visão deturpada do programa, ressaltando que o mesmo favorece o sossego daqueles que em recebimento do benefício, não buscam por outras fontes de renda. Também encontramos nas respostas o desconhecimento acerca das condicionalidades que permeiam o Programa.

Acreditamos ter alcançado os objetivos propostos para este trabalho, à medida que pudemos conhecer e analisar a representação social das professoras da Escola Municipal São Silvestre sobre pobreza, vulnerabilidade social em relação ao contexto ao qual seus alunos estão inseridos, bem como, concernente ao Programa Bolsa Família.

O presente artigo apresentou informações importantes, ao que foram expostos pontos de vista diversos acerca do tema e compreensão da realidade. Neste sentido a pesquisa se coloca de forma a proporcionar subsídios e positivas contribuições para reflexão acerca da necessidade de desenvolvimento de trabalhos de socialização de saberes acerca do Programa Bolsa Família, não somente para a Instituição de Ensino em destaque, mas também para as demais Escolas do Município, visto que importante se faz a compreensão da realidade vivida e percebida, por ser um dos meios de transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G.. **Módulo Introdutório: Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, 2013.

BATTINI, Odária; COSTA, Lucia Cortes da In: BATTINI, Odária (org.). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debates**. São Paulo: Veras/Curitiba/PR: CIPEC, 2007, vol. 9,

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A pesquisa sobre representações sociais no contexto do serviço social**. – Revista Emancipação, 1 (1): p. 77 – 88, 2001. Disponível no site <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/25/22> . Acessado em 01/10/2016.

BULA, Leonia Capaverde. **Revista Virtual: Textos & Contextos**, nº 2, ano II, dez. 2003, p. 3 -6 Disponível no site: evistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/947/727. Acessado em 01/10/2016.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. In: Legislação Social: políticas públicas e exercício profissional. 2ª ed., CRESS/11ª região, 2007.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**. Disponível no site: <http://mds.gov.br/>. Acessado em: 01/10/2016.

COTTA, Tereza Cristina; PAIVA, Luiz Henrique. **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e desafios/ organizadores: Jorge Abrahão de Castro e Lúcia Modesto** – Brasília: Ipea, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio** – São Paulo: Veras Editora, 1999.

PINZANI, Alessandro e REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e Cidadania** – Módulo I: Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, 2013.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Fernanda Duarte Araújo. **A Teoria Das Representações Sociais: Origem e Fundamentos** – Disponível no site: <http://www.partes.com.br/2015/07/03/a-teoria-das-representacoes-sociais-origem-e-fundamentos/#.WAVpmPkrLIU>. Acessado em 01/10/2016.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e desafios/ organizadores: Jorge Abrahão de Castro e Lúcia Modesto** – Brasília: Ipea, 2010.

APÊNDICE**QUESTINÁRIO:**

1 - O que é pobreza na sua concepção?

() Aquele que não possui dinheiro, por que não trabalha.

() Situação daquele que não possui dinheiro para o consumo de bens e serviços conforme seu desejo.

() Limitação ou insuficiência de renda, para os mínimos necessários.

2 - Você considera seus alunos pobres?

() SIM () NÃO

3 - O que é vulnerabilidade social para você?

4 - O bairro São Silvestre segundo sua percepção é um bairro que apresenta vulnerabilidade social?

() SIM () NÃO

Porque? _____

5 - Qual sua compreensão sobre o Programa Bolsa Família?

() O Bolsa Família é programa voltado as pessoas que se opõe ao trabalho e preferem viver na “vagabundagem”

() O Bolsa Família é uma forma de reprodução do desemprego, fortalecida pelo governo.

() O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

6 - Na sua opinião, o Programa Bolsa Família deveria existir?

() SIM () NÃO

Porque? _____
